



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Por uma leitura histórica da segregação socioespacial em Londrina-PR¹

Elisa Roberta Zanon

Doutoranda pelo IAU-USP São Carlos/SP

Sessão Temática ST-06: Cidade, história e identidade cultural

Neste artigo apresenta-se uma proposta de leitura da cidade de Londrina-PR a partir da segregação socioespacial, tendo como base a identificação de ações que levaram a conformação e a transformação do seu espaço urbano. Os estudos teóricos pelo viés histórico auxiliaram na compreensão das indagações do momento atual e na distinção dos possíveis marcos do passado e como estes podem iluminar os questionamentos do presente. É importante mencionar que a segregação socioespacial antes de ocorrer no espaço, expressa condições de desigualdade social da população, reunindo por vezes na mesma localidade as exclusões de gênero, raça, classe, renda, procedência, etnia, entre outros. Utiliza-se a ideia de camadas históricas como parâmetro cronológico e para afirmar que a segregação advém de processos que se adensam com o passar do tempo.

Palavras-chave. Segregação socioespacial; Urbanização; Londrina-PR.

For a historical reading of socio-spatial segregation in Londrina-PR

Abstract. *This article presents a way of reading the city of Londrina-PR based on socio-spatial segregation identified by actions that cause conformation and transformation of its urban space. Theoretical studies from a historical point of view helped to understand the questions of the present moment and to distinguish the possible landmarks of the past and how these can illuminate the questions of the present. It is important to mention that socio-spatial segregation, before occurring in space, expresses conditions of social inequality in the population, sometimes bringing together in the same location the exclusions of gender, race, class, income, origin, ethnicity, and others. Historical layers are used as a chronological parameter to state that segregation comes from processes that become denser over time.*

Keywords: Socio-spatial segregation; Urbanization; Londrina-PR.

Para una lectura histórica de la segregación socioespacial en Londrina-PR

Resumen. *Este artículo presenta una propuesta de lectura de la ciudad de Londrina-PR a partir de la segregación socioespacial e de la identificación de acciones que llevaron a la conformación y transformación de su espacio urbano. Los estudios teóricos desde un punto de vista histórico ayudaron a comprender las cuestiones del momento presente ya distinguir los posibles hitos del pasado y cómo estos pueden iluminar las cuestiones del presente. Es importante mencionar que la segregación socioespacial, antes de darse en el espacio, expresa condiciones de desigualdad social en la población, reuniendo en ocasiones en un mismo lugar las exclusiones de género,*

¹ Apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e IAU-USP São Carlos como bolsista no desenvolvimento da pesquisa.

raza, clase, ingreso, origen, etnia, entre otras. Se utiliza la idea de capas históricas como parámetro cronológico y para afirmar que la segregación proviene de procesos que se densifican con el tiempo.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Urbanización; Londrina-PR.

1. As dimensões da segregação

A palavra segregação traz em si a ideia da espacialidade, pois segregar é afastar, apartar, separar, distanciar, o que, no entanto, passa a ser incrementada por adjetivos como um recurso de ênfase dos processos espaciais. A segregação espacial remete à divisão social do espaço, constituindo as áreas sociais (residencial), sendo que parte deste mosaico é formado também pela divisão econômica do espaço, como as atividades produtivas (industriais, comerciais e de serviços). Nesse sentido, a segregação espacial faz parte da produção do espaço já que esse processo se dá pela ação dos agentes sociais que operam nas estratégias do capital. A segregação é produto e meio social como afirmam Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2013, p. 9) por constituir diferentes grupos sociais, devido à “relativa homogeneidade interna de cada área social”, o que possibilita “a reprodução da existência social”. Nisso, Sposito (2013, p. 65) coloca que tais possibilidades existem de modo plural (segregação social, espacial, socioespacial, residencial, urbana, étnica), mas que dependem das razões de escolha em relação ao objeto de estudos, ou seja, “há muitas formas de segregação”. Por outro lado, é importante lembrar que a segregação antes de ser espacial, esta ocorre nas relações sociais.

Nota-se recentemente que a temática da segregação tem sido ressignificada nos estudos urbanos tanto nas questões atuais, quanto na revisão de processos históricos ainda presentes. Sua recorrência como estudo não se deve a modismos, mas a condição de desigualdade crescente em que se encontra parte significativa da população nas cidades.

A segregação é polissêmica (SPOSITO, 2011) e permeia uma diversidade de estudos e áreas do conhecimento. É complexa devido às questões que abrange e as possibilidades de análise que mobiliza. Mesmo sendo um vocabulário relativamente novo no debate urbano (SOUZA, 2021), a segregação foi incorporada pela pesquisa socioespacial devido à concretude das relações sociais expressas no espaço, mediante a construção, modificação ou organização realizada pelo homem, isto é, aquilo que possui materialidade, ou ainda, como Souza (2021, p. 32) aponta como “tangível, palpável”. E, nisso, as ações de disputa, conflitos e poder imprimem significado ao espaço, indo além da ideia de mero receptáculo, representando um produto socioespacial no tempo, no entendimento de Carlos (2007). Na verdade, a segregação, antes de se concretizar no espaço, ocorre nas relações sociais, como na divisão social do trabalho que separa mais que tarefas, classifica os ganhos que se efetivam no consumo de produtos, nos custos com a habitação, comércio e serviços.

Salgueiro (1998, p. 40) enfatiza que a segregação se torna um paradigma da cidade industrial e moderna. Todavia, embora a segregação esteja presente em diferentes momentos da construção das cidades, é com a Revolução Industrial que se expõe primeiramente a dualidade do centro rico e a periferia pobre. Nos séculos XVIII e XIX a cidade passa a ser vista pelo viés científico, ligado inicialmente às Ciências Naturais – a cidade como organismo –, e à

transformação da antiga forma urbana para a ascensão do modo de produção capitalista, passando a ser o *locus* da divisão social do trabalho.

Para elucidar essa trajetória dos estudos, sabe-se que, inicialmente, a segregação passou a ser tematizada pelos sociólogos da Escola de Chicago nos EUA, nas primeiras décadas do século XX, que realizaram vários estudos sobre as cidades estadunidenses, o que resultou na formulação de modelos analíticos. A linha de pensamento defendida pelos membros da escola buscava uma matematização das pesquisas, visando explicar a forma do espaço urbano. Notadamente, as constatações da Escola de Chicago tornaram-se referência para vários recursos metodológicos no intuito de identificar a segregação, como as análises fatoriais ou demais cálculos com base em dados estatísticos. No entanto, a questão ultrapassa a compilação de materiais que levem à comprovação da segregação. Prêteceille (2004) chama atenção quanto às análises comparativas entre cidades de países diferentes ou mesmo localidades em que o tamanho médio das municipalidades é muito diferente das cidades globais e, portanto, não sendo possível transportar as ideias já que cada realidade passa por uma construção histórica específica.

Atualmente, algumas referências são fundamentais para a compreensão da segregação como processo socioespacial. O livro “O espaço urbano” de Roberto Lobato Corrêa (1989) é uma leitura basilar, estando incluída a segregação residencial e suas áreas sociais, como apresentada pelo autor e complementada em outras publicações. Ainda que a segregação seja uma temática consideravelmente explorada, não se pode dizer que esteja ultrapassada em razão de sua continuidade nas cidades. Após a realização do “International Seminar on Segregation in the City” promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy no ano de 2001, a Revista “Espaço & Debates”, edição n.º 45 de 2004 trouxe a temática “Segregações Urbanas” com textos relevantes de Edmond Prêteceille como “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências” e de Peter Marcuse com “Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado”. No primeiro, Prêteceille (2004) mostra as diferenças nas políticas públicas adotadas pelos países e as dificuldades metodológicas em projetos de pesquisa com análise comparada com base na sua experiência. O texto de Peter Marcuse (2004) é um tanto instigante por trazer argumentos sobre a aceitação de enclaves nas cidades em detrimento dos guetos, vistos como resultados de práticas indesejáveis e aplicados de modo involuntário à população mais vulnerável. Vale ressaltar que a contribuição do autor está em apresentar o papel do Estado na imposição da segregação partindo da realidade estadunidense, no qual inclusive faz constatações ao uso do zoneamento como um dispositivo de exclusão étnico-racial.

No livro “A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios” o conjunto dos textos mostra a complexidade dos processos de urbanização, o que reflete em diferentes dinâmicas urbanas. Segundo os organizadores Carlos, Souza e Sposito (2011), esta publicação resultou de profícuos debates realizados durante três workshops realizados entre os anos de 2008 e 2010 nas cidades de São Paulo e Presidente Prudente. No texto “A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais”, Sposito (2011) apresenta a especificidade que o termo socioespacial agrega à diferenciação do espaço, relacionado à divisão social do trabalho e à reestruturação produtiva que ocorrem em escalas como se observa nas cidades e na rede urbana. Outra publicação de destaque é o livro “A cidade contemporânea: segregação espacial”, organizado por Vasconcelos, Corrêa e

Pintaudi (2013), que traz um conjunto de textos importantes sobre a temática, além de que apresenta alguns esclarecimentos sobre o termo socioespacial.

Portanto, graças aos estudos realizados por diferentes áreas científicas como a sociologia, geografia, história, planejamento urbano e outras, hoje entende-se que a segregação é mais que um dado estatístico, diagrama ou um conceito, ou seja, é um processo espacial presente nas cidades em decorrência da ação induzida ou imposta pelo Estado em comunhão com outros agentes sociais, como os promotores imobiliários, por exemplo, e que age inclusive no comportamento das pessoas. Além de ser identificada nos bairros ou localidades com certa homogeneidade social, podemos dizer que a segregação é atravessada pela interseccionalidade, ou seja, por uma sobreposição de fatores sociais como classe, gênero, etnia, raça, idade, escolaridade, localização geográfica e outros, a depender do contexto e da condição social de sua população. A segregação representa o acúmulo dos diferentes tipos de exclusão. É fato comum observar-se um contingente significativo de jovens mulheres, mães solteiras e de baixa escolaridade nas ocupações informais. No final dos anos de 1980, Crenshaw (1989) apresenta um texto que trata de modo pioneiro a temática da interseccionalidade com base na sua experiência como jurista nos EUA, na qual observava a maneira como os casos das mulheres negras eram enquadrados e interpretados nos tribunais. Nesse sentido, a interseccionalidade nos mostra que algumas categorias de análise como raça e gênero se sobrepõem como camadas de exclusão e discriminação.

A partir desse breve preâmbulo, passa-se a proposta do método e apresenta-se nesse artigo questões relacionadas à temática da segregação de modo mais aprofundado, tomando o estudo empírico da cidade de Londrina, localizada no norte do estado do Paraná.

2. Olhar para o passado é uma questão de método

Para nos debruçarmos sobre algumas análises da produção do espaço urbano é necessário observá-las numa linha temporal. No que diz respeito à segregação, os fatos, a expansão urbana, as configurações e transformações socioespaciais podem nos revelar camadas de exclusão que advém de longos processos e que se expressam espacialmente. Nesse sentido, trazer luz sobre as questões do presente requer método para olhar o passado. Na atual Londrina, tais indagações nos levam a pensar o quanto essa cidade “tipicamente capitalista” como disse Villaça (2005, p. 250), carrega da segregação socioespacial e se podemos identificar os momentos em que este aspecto se intensifica.

A prospecção do passado nos auxilia a detectar pistas para a compreensão de questões atuais. Nesta aproximação teórica, Marc Bloch (2002) no seu texto “Passado e presente” faz menção ao método regressivo que se pauta nas tarefas de observar e analisar o hoje para então, a partir da visão de conjunto inquirir o passado, ou seja, colocar o problema da observação histórica. Além disso, não há intenção de se querer cair na “obsessão das origens” e nem mesmo justificar as causas, mas compreender as estruturas em processo (BLOCH, 2002). Nesse sentido, não é incumbência deste trabalho encontrar as origens da segregação socioespacial em Londrina, mas apontar o(s) momento(s) em que esta se intensifica e se possui relação com as práticas da administração pública e com a ação dos agentes produtores do espaço.

Também, na discussão sobre a produção do espaço urbano, faz sentido trazer à tona as observações do filósofo Henri Lefebvre (1901-1991). No livro “De lo rural a lo urbano”, Lefebvre (1978, p. 71) propõe um método que estabelece três momentos de investigação: o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético. De modo breve, a explicação do método mostra que num primeiro momento parte-se da observação da realidade, com atenção às relações sociais, o que deve ser aprofundado decompondo esta realidade num segundo momento, a fim de buscar épocas específicas em que ocorreram tais fatos importantes que explicam o fenômeno estudado, por isso a ideia de regressivo; e por último, o momento histórico-genético também conhecido como regressivo-progressivo que objetiva identificar os marcos de mudança, isto é, as circunstâncias que culminaram na formação e transformação das estruturas sociais.

No texto “Reflexões sobre a política do espaço”, Lefebvre (2008) afirma que até os anos de 1960 o espaço era pouco entendido como objeto por excelência das ciências. O espaço era um dado, como uma dimensão específica da organização social, constituindo algo isolado do contexto ou ainda uma forma pura. Constatase que não há como separar o conteúdo social do espaço, o que para Lefebvre (2008, p. 62) o espaço é um produto social, pois há relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. O espaço é um produto da história. O espaço tem propriedades formais, mas também incluem-se as pessoas que o moldam e o distinguem. Assim, ao se abordar as contradições do espaço na sociedade, deve-se ater ao método dialético (LEFEBVRE, 2008, p.64). Lembrando que, a dialética deve mostrar as contradições, os conflitos e não as diferenças para que não hajam atenuações, como expõe Lefebvre (2014).

Ainda que numa leitura enviesada sobre segregação socioespacial, as contradições e os conflitos advenham das relações sociais, a propriedade pode ser colocada como elemento chave para compreensão das políticas sociais e econômicas. Lefebvre (2008, p. 71) enfatiza que a questão da propriedade do solo “tem origem feudal” e que considera a mobilização das riquezas fundiária e imobiliária uma das grandes extensões do capitalismo financeiro. De certa forma, a crítica das classes dominantes cria possibilidades de se instalar uma ideologia neoliberal por meio do urbanismo e a tecnoestrutura. Na atual condição neoliberal, a política do espaço corre o risco de levar a desigualdades de crescimento e de desenvolvimento ainda maiores que no passado, numa espécie de transferência do colonialismo na metrópole, ou semicolonialismo das regiões e das zonas mal desenvolvidas em relação aos centros de decisão (LEFEBVRE, 2008).

Portanto, interessa identificar os momentos de ruptura e de transformações que conformam períodos, mesmo que estes se apresentem sobrepostos devido às novas configurações socioespaciais.

3. A segregação socioespacial em Londrina pontuada pelos marcos de mudança

Nesta parte objetiva-se apresentar Londrina como objeto empírico pela lente da segregação socioespacial. Ao se tomar a história local como referência, propõe-se identificar os marcos de mudança, que embora aparentem ser fatos pontuais, estes tiveram força em seus desdobramentos, o que não quer dizer que um acaba quando o outro começa, mas por vezes, são sobreposições, acúmulos e aprofundamentos de situações ocasionadas por práticas e ações, sejam estas

administrativas no âmbito do governo municipal sejam pelas mãos de agentes sociais, e ainda ambos recorrentes e em comunhão.

A segregação socioespacial em Londrina pode ser pontuada em três momentos, considerando que possivelmente um quarto estágio se configura em andamento. Primeiramente, a própria fundação da cidade chama a atenção por ser decorrente de uma ação capitalista que abre uma frente de exploração imobiliária e agrícola no norte do Paraná em meados do século XX. Na sequência, o momento do final dos anos de 1940 até a década de 1960, que coincide com o período democrático no Brasil (1945-1964), marcou a reconfiguração do espaço urbano da cidade pela conformação de um corpo robusto de leis locais, sendo que algumas destas se mantiveram por longo tempo, atravessando décadas de continuidade. Já um terceiro marco de mudança que se faz presente até os dias atuais diz respeito à atuação da COHAB-LD, criada em 1965 e regulamentada em 1969, que tem se colocado desde então como um agente de expansão urbana e da fronteira do capital através da produção significativa de conjuntos habitacionais, sendo parte considerável na porção norte da cidade. Atualmente, a ação neoliberal longe de se restringir às relações de trabalho, também extravasa para além dos horizontes da máquina pública, adentrando na reconfiguração dos territórios, o que se observa mais um momento em curso.

3.1 *Fundação de Londrina*

Comumente, a história local difunde a década de 1930 como o início da ocupação efetiva da porção setentrional do estado do Paraná, ao mesmo tempo em que a narrativa relata a imagem de um grande vazio demográfico e um sertão permeado por mata. As referências e dados da época mostram que a intencionalidade sobre este território estava fortemente ligada às questões econômicas e políticas devido ao trâmite com países como a Inglaterra, o que favoreceu a criação de empresas de colonização interessadas em promover um grande empreendimento imobiliário rural concomitante ao extrativismo da madeira existente. Ainda que este processo seja considerado tardio por ocorrer no início do século XX, apresenta correlação com a América Latina, no que tange a proposta de colonização para produção agrícola, mesmo que inicialmente, e a ocupação da região com população migrante e imigrante.

Londrina é considerada uma “cidade nova”, fundada em 1929 pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), uma empresa britânica criada em 1925 como subsidiária da matriz *Parana Plantations Limited* situada em Londres. Pouco antes, em 1924, o governo britânico adquiriu uma área de terras devolutas do Governo do Paraná, localizada no norte do estado, com 515.000 alqueires paulistas com o objetivo de realizar negócios imobiliários para o setor agrícola. Desse modo, em parte considerável do norte do estado do Paraná foi promovida na primeira metade do século XX, uma “colonização planejada” nos termos de Monbeig (2007, p. 16), ou seja, um tipo de economia capitalista moderna que usou como estratégia a implantação de ferrovia e rodovia e a fundação de mais de 60 cidades (somando os distritos) para que funcionassem como entrepostos comerciais da área rural. Nessa ação regionalizada da CTNP, Londrina tornou-se a sede do empreendimento britânico e, por assim dizer, a “boca do sertão”, o ponto de partida rumo a oeste para a ocupação de parte do setentrão do Paraná.

Nos anos seguintes, a cidade teve um rápido crescimento em decorrência da afluência de pessoas de diversas localidades e nacionalidades, o que muito foi resultado dos esforços de propaganda realizada em território brasileiro e afora. Nesse sentido, a abertura da frente agrícola demandou por trabalhos de abrir

estradas trafegáveis e traçar cotas possíveis para a extensão da ferrovia. Este conjunto de ações capitalistas foram determinantes na exploração da terra, com a retirada da madeira derrubada de parte da mata atlântica naquele momento para criar acessos às novas propriedades. Todavia, a acomodação da cidade de Londrina estabeleceu-se a partir de um plano formal que, se inicialmente foi vantajoso mesmo para aqueles com pouco dinheiro em razão das facilidades criadas pela CTNP, como se vê em alguns relatos, poucos anos após os valores tornaram-se inviáveis para outros que também procuraram oportunidades.

No texto histórico de Müller (1956, p. 89-91), a autora observou que a ocupação urbana em Londrina mostrava um zoneamento relativamente espontâneo devido à diferença de preço dos terrenos, orientados indiretamente pela companhia. Havia lotes edificadas ao longo da Avenida Paraná (estrada de rodagem) e nas proximidades da ferrovia, ao mesmo tempo em que avançavam os parcelamentos nos arredores da planta inicial da CTNP. Tal lógica contribuiu para o processo de ocupação periférica localizada na zona suburbana, formando o que Müller (1956) chamou de “constelação de ‘vilas’”, cerca de 53 até o início dos anos de 1950, quantidade essa também citada por Prandini (1954). Naquele momento, Müller (1956, p. 91) descreve que essas vilas nasceram da “subdivisão de lotes em pequenos terrenos de baixo preço”. E de acordo com Prandini (1954, p. 66), tais vilas¹ foram quase todas “instaladas entre 1944 e 1947”, sendo procuradas em razão do valor mais acessível.

Os lotes que envolvem a cidade foram muito valorizados, mas, de outro lado, são muito mais baratos que os da área urbana e é assim que começam a ser vendidas pequenas datas para construção, muitas delas cobertas pela lavoura cafeeira, que é, então, abandonada ou logo derrubada. Cada lote vendido, vai constituir uma vila. Assim, muitas delas não passam de um quarteirão com uma dúzia de casas; outras, porém, são bem grandes e já possuem até um pequeno comércio, como: a Vila Casoni, Nova, Agari, etc. (PRANDINI, 1954, p. 66).

Nas falas de Prandini (1954) e Müller (1956), a localização de grande parte destas vilas (ao norte e algumas ao sul) suscita algo a mais da posição geográfica, o que remete à zona suburbana e para fora da área oficial projetada pela CTNP, ou seja, ao norte as vilas se encontravam além da ferrovia, compartilhando espaço com outras atividades como as serrarias, a cerâmica e outros usos industriais. Constata-se que a implantação de vilas em Londrina foi uma prática recorrente no passado, sendo que as primeiras datam da década de 1930, como a Vila Casoni iniciada em 1937. Como exemplificação deste processo, a publicação do IPAC/LDA (1987) mostra que a vinda da família Casoni – proveniente da cidade paulista de Piraju (SP) –, promoveu a ocupação urbana inicial do que viria a ser a Vila Casoni. Como Domingos Casoni estava com dificuldades de pagamento do lote de chácara que comprou da CTNP, optou por mudar os seus planos, sendo que, de acordo com o IPAC/LDA (1987, p. 16), por sugestão do prefeito Willie Davids e do engenheiro da companhia, Alexandre Razgulaeff, passou a “vender suas terras em pequenos lotes urbanos, já que sua propriedade ficava próxima às primeiras edificações que dariam origem ao centro da cidade”. Em vista disso, embora parecesse que a venda de lotes poderia gerar conflitos entre a CTNP e a família Casoni, no final a oferta atenderia diferentes públicos, sendo que os lotes na vila, ao norte da linha férrea, tinham um valor menor em razão da localização fora do tabuleiro inglês, como mostra parte do depoimento de Domingos Casoni concedido ao grupo de trabalho do IPAC/LDA.

Eu estava em situação crítica. Eu estava querendo vender o lote e voltar para Piraju. Isso tudo em virtude da situação financeira que eu estava e que era agravante. (...) a Companhia vendia a 500 mil réis cada data e eu passei a vender a 375 mil réis. Então eu loteei uma parte do lote 39 e passei a vender e assim então tomando fôlego, fiquei mais à vontade, fiquei mais livre e comecei a me firmar aqui. (IPAC/LDA, 1987, p. 19)

Na segunda metade da década de 1940 encontram-se indicações de uma expressiva construção desses empreendimentos nos estudos de Prandini (1954) e de Müller (1956); e ainda outras até o final dos anos de 1950. Na edição comemorativa do jubileu de prata de Londrina, em dezembro de 1959, Coutinho (1959, p. 42) listou 88 vilas pelas suas cercanias.

Com base nos relatos da década de 1950 e informações levantadas nas plantas da cidade, delinea-se a hipótese de que a CTNP vendeu com certa rapidez os terrenos previstos para a cidade e do entorno para chácaras, porém, a demanda por lotes urbanos foi possivelmente maior que o esperado, impulsionando os proprietários dos arrabaldes a se lançar nos empreendimentos das vilas fora do quadrilátero projetado pela companhia britânica. Isso, de certo modo, explica a descontinuidade entre os parcelamentos na zona suburbana, pois naquele momento não havia uma normativa primorosa, nem mesmo a exigência de continuidade com o tecido urbano já existente.

Assim, desde o início da ocupação da cidade já havia certa convivência entre os diferentes produtores imobiliários, quer sejam estes agenciadores da CTNP quer sejam os donos de chácaras nas imediações da planta fundacional da cidade. Cumpria-se, nesse sentido, o propósito capitalista de exortar a renda da terra com a prerrogativa da oferta para demandas de públicos específicos. Desse modo, a formação periférica de vilas chama a atenção pela produção mercantil de terrenos, criação de “vazios urbanos” e uma extensa ocupação, o que Prandini (1954, p. 66) via como um grave problema, “uma vez que eram criadas com o intuito meramente comercial, não obedecendo seu traçado a nenhuma técnica urbanística”. Além disso, Prandini (1954) expõe que havia naquele momento, na área urbana propriamente dita, quadras inteiramente desocupadas e cerca de 30% de lotes ociosos. Com base nestas fontes bibliográficas, consideradas aqui também como históricas, é possível supor que possam ter ocorrido, até o final dos anos de 1940 dois processos de ocupação, sendo um conformado pela planta oficial da CTNP e outro pela expansão de vilas localizadas na zona suburbana.

Por outro lado, o trabalho de Nalin (1991, p. 25) explicita que na década de 1940 a venda de lotes urbanos pela CTNP cessou por terem acabado, o que corroborou para uma supervalorização da terra nesta área do plano original ao mesmo tempo em que os terrenos nas imediações passaram a ser visados para novos loteamentos: “tudo leva a crer que com a escassez de lotes e a alta valorização da terra, os proprietários rurais que possuíam suas terras próximas à área urbana, vendiam-nas sem qualquer critério urbanístico”. Aqui há um ponto importante, pois retomando o texto de Prandini (1954), pode-se inferir que os lotes desocupados e citados pela autora na área do plano da CTNP estivessem vendidos, porém, não ocupados, o que implica também na especulação da terra, abrindo um posterior cenário para a verticalização.

Portanto, a organização especializada da cidade está na sua gênese, ou seja, a empreitada comercial criou desde o início a valorização imobiliária da planta formal chamada de zona urbana com exigências de trato higiênico e estético das construções, como determinava o código de posturas e os decretos, enquanto que nos arredores, a ocupação foi mais flexível, ao passo que isso favoreceu o

acesso da população detentora de rendas menores. Na pesquisa histórica sobre a Vila Casoni, por exemplo, localizada na zona suburbana daquele momento, há relatos de que a maioria dos moradores apresentava o perfil de serem trabalhadores na zona urbana. De acordo com o IPAC/LDA (1987, p. 24) nas décadas de 1940 e 1950, algumas atividades masculinas foram marcantes na Vila Casoni, como “carroceiro, pedreiro, garapeiro, carpinteiro, mecânico, barbeiro, pequeno negociante, etc.” Além destes citados, IPAC/LDA (1987, p. 39) acrescenta outros serviços dos trabalhadores “garçons, cozinheiros, carpinteiros, pintores, guardas-noturnos, sanfoneiros, violeiros, domésticas”. Já as mulheres (mães e filhas), o IPAC/LDA (1987, p. 33) relata que estas “tiveram papel importante para a subsistência das famílias, exercendo tanto trabalhos domésticos – como os cuidados da casa associados com a tarefa de socialização das crianças” e também atividades extra-domésticas como “bordar, costurar, lavar e passar, produção de pães e doces e do sabão caseiro”, e ainda tinham aquelas que trabalhavam como empregadas domésticas em casas abastadas.

3.2 *A Lei 133 e o aparato moderno das regras*

A entrada nos anos de 1950 carrega o ensejo da ordenação do espaço para a “ideia de progresso”. É, portanto, chegado o momento de atar os acordos espaciais após um breve período de poucas normas. Assim, o poder público estabeleceu as regras, ou melhor, um conjunto legislativo de aparente organização espacial, quando, na prática era uma separação social. Entre 1951 e 1955, Arias Neto (2008, p. 106) identificou um compilado normativo estabelecido em Londrina, conformando o que o autor chamou de “Estatuto da Cidade Moderna”, a saber: Lei 133 que dispõe sobre Arruamento, Loteamento e Zoneamento em 1951, Código de Posturas em 1953, o Regime Tributário de Londrina (RTL) em 1953 e o Código de Obras em 1955. Deste conjunto destaca-se a Lei 133 que foi elaborada por Prestes Maia como parte do que seria um Plano Urbanístico, mas que resultou basicamente na aprovação desse regulamento. Tais práticas de separação da cidade, no modo de ver de Arias Neto (2008, p. 107) “evidenciam a vontade e intencionalidade segregacionistas, resguardando às classes dominantes os melhores espaços da cidade, bem como prescrevendo para estas o maior número de benfeitorias urbanísticas”. Nesse sentido, cada grupo social teria seu local determinado, ou cada um no seu lugar, como explicitado por Rolnik (1981). A lei funciona como um molde da cidade ideal ou desejável, como também destaca que “ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (ROLNIK, 2003, p. 13).

Ainda que a década de 1950 seja lembrada com júbilo pelas conquistas econômicas, é justo registrar que a construção da cidade também pertence aos “anônimos”, ou melhor, aqueles que não conseguem um lugar legalizado e que encontram guarida nos espaços possíveis. O avanço das vilas nas imediações da planta da CTNP tornou-se uma resposta à diferenciação espacial pela localização e pelo valor da terra em razão das exigências legais mais brandas, assim como pela infraestrutura e serviços pouco disponíveis. Essa situação implicou na fragmentação da mancha urbana pela oferta de terrenos mais acessíveis em áreas periféricas, ao mesmo tempo em que abriu possibilidades para ocupações informais. Portanto, foi no processo de exaltação da riqueza que emergiram também as primeiras ocupações informais em Londrina, chamadas de favelas naquele momento.

Na segunda metade da década de 1940 ocorreu uma combinação de fatores, o que resultou na presença de Prestes Maia em Londrina e na aprovação da Lei 133 em 7 de dezembro do mesmo ano. Para Arias Neto (2008), com o fim do Estado Novo (1937-1945), as reivindicações democráticas foram fortalecidas pela representação local da União Democrática Nacional (UDN), além de que, com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu o aumento da produção de café no norte do Paraná para atender a vários países, levando ao enriquecimento de produtores da região e, portanto, à formação de uma elite cafeeira que passou a ter interesses em se firmar como grupo dominante. O prefeito Hugo Cabral, eleito em 1947, representava os interesses desse grupo que buscava referências para o crescimento ordenado de Londrina, permanecendo no cargo até 1951. De acordo com Arias Neto (2008, p. 105), era importante “ordenar e disciplinar a cidade e a vida social para garantir a continuidade indefinida – no tempo e no espaço – do progresso”. Assim, a transformação ocorrida em Londrina nos anos de 1950, representou também a organização social do espaço, fortalecida pelo conjunto de leis e instituições presentes naquele momento.

Uma das primeiras ações de Hugo Cabral foi ordenar, pelo Decreto n.º 1 em 2 de janeiro de 1948, a suspensão da aprovação de loteamentos e terrenos até a conclusão do Plano Urbanístico – ainda a ser desenvolvido naquele momento. No início do ano de 1951, Prestes Maia recebeu a incumbência de trabalhos para o município de Londrina, o que coincide com a sua fase de “consultor e político” (NEGRELOS; MESSIAS, 2021), no período de 1946 a 1960, isto é, entre mandatos na Prefeitura de São Paulo, no qual teve intensa atuação para além da política.

Em Londrina, a aprovação da Lei n.º 133/1951 em relação à legislação anterior mostra que o conteúdo urbanístico ganhou maior peso com a contribuição de Prestes Maia, o que de certo modo contrastava com a prática da época. O trabalho de Maia para a Prefeitura de Londrina resultou no projeto de lei que tratava do arreamento, loteamento e zoneamento, cuja aprovação na Câmara Municipal originou a Lei n.º 133/1951 com 149 artigos, organizada em seis capítulos, sendo que dos três assuntos que abordava, o zoneamento abrangia quase metade do conjunto. Chama a atenção o requisito de doação de percentuais de áreas públicas para vias e espaços livres (praças, jardins e parques) em relação aos parâmetros praticados anteriormente.

Nesse sentido, a regulamentação da Lei 133 pelo poder público gerou interferência no mercado imobiliário e consequentes conflitos de interesses, pois ao exigir maiores percentuais de áreas públicas no caso de loteamentos, a efetiva doação passaria a prefeitura como responsável pela conservação das vias e pela implantação dos serviços públicos e comunitários. Um segundo ponto passou a incomodar os agentes imobiliários: a venda de lotes só poderia ser feita após a oficialização do loteamento pela prefeitura.

Sancionada a lei, uma forte resistência à sua implantação instaurou-se na cidade, gerando uma longa polêmica que se arrastou por alguns anos e se desenvolveu em praças públicas, no âmbito da Câmara Municipal e do Executivo, bem como na imprensa. O argumento principal da oposição era que sua aplicação seria um freio no desenvolvimento da cidade, por estabelecer um número de exigências absurdas ao proprietário-arruador. (ARIAS NETO, 2008, p. 108)

Os agentes imobiliários argumentavam que para atender às exigências da Lei 133 teriam que elevar o preço dos terrenos para obter algum lucro. A pressão levou o prefeito vigente, Milton Menezes, a recorrer a Prestes Maia que, em

1952, elaborou um arrazoado de 22 páginas em defesa da Lei 133 comparando seus benefícios com o antigo Decreto-lei n.º 159/1947 que instituiu regras simples para a abertura de ruas, avenidas e divisão de lotes com a prévia anuência do Município. A polêmica só terminou em 1955 com o Decreto n.º 35, que regulamentou o artigo 20 da Lei 133/1951 estabelecendo critérios de serviços de responsabilidade do proprietário loteador, o que, de acordo com Arias Neto (2008, p. 109), reduziu substancialmente as infraestruturas exigidas nos loteamentos populares e médios, “desonerando assim os imobiliários de investimentos de vulto, cujo retorno não seria tão lucrativo”. No Decreto n.º 35/1955 consta a divisão dos serviços de responsabilidade do loteador em três classes, sendo que para os parcelamentos populares eram obrigatórias a realização de terraplenagem e a instalação de guias e de rede de drenagem de águas pluviais; já o abastecimento de água potável dependia da localização e do nível do uso residencial (LONDRINA, 1955). Portanto, no ínterim de décadas, os loteamentos populares tiveram acesso tardio ao tratamento sanitário da cidade.

Nas décadas seguintes, a cidade apresentou considerável expansão territorial com os conjuntos habitacionais, principalmente através do papel do Estado como agente produtor do espaço. Notadamente, grande parte dos empreendimentos residenciais construídos para atender às classes populares funcionou como extensor dos limites da cidade, ao mesmo tempo em que foram reservados terrenos – os “vazios urbanos” – no que se denominou “banco de terras públicas”, o que pode ainda revelar a comunhão entre interesses imobiliários e a produção estatal. Ademais a Lei n.º 133/1951 e outras complementares atendiam aos interesses de tais agentes produtores do espaço, pois, além dos parâmetros de parcelamento, cabia a indicação do uso do solo, geralmente, numa mesma categoria de zona popular, tendendo a forte homogeneização da paisagem.

A assimilação da Lei n.º 133/1951 criou pregnâncias na cultura técnica local, mantendo-se como referência por quarenta e sete anos para a cidade, permanecendo vigente até o ano de 1998 quando foi revogada. Ainda que tenha sido substituída por um novo conjunto de regras, alguns aspectos da prática urbanística se mantiveram, principalmente nas áreas populares.

3.3 Criação e atuação da COHAB-LD

Nos anos de 1970, e principalmente 1980, a Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), estabeleceu-se como organismo promotor público no novo regime jurídico-institucional e financeiro em relação à política urbana e habitacional do regime militar: Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Banco Nacional da Habitação (BNH), companhias de habitação (COHABs) e Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). A COHAB-LD foi criada em 1965 e teve sua inscrição regularizada como agente financeiro público pelo BNH em 1969. A produção de habitação social no município pela companhia é significativa, pois de acordo com o relatório da Prefeitura de Londrina (PERFIL, 2020), das mais de 40 mil unidades populares construídas até o ano de 2019, a produção via COHAB-LD representa 86% do total. A região Norte da cidade é a que mais recebeu empreendimentos habitacionais, sendo que atualmente possui 126.305 habitantes (IBGE, 2010), constituindo um subcentro econômico em Londrina como resultado em grande parte da concentração de conjuntos e loteamentos populares, representando forte segmentação social ao longo de décadas, se observada no conjunto da cidade.

Não obstante, encontram-se aqui duas lacunas que se fundem em uma grande indagação: quais as reais justificativas para o estabelecimento de uma companhia de habitação em Londrina. O primeiro questionamento diz respeito às motivações políticas e econômicas que fundamentaram a criação da COHAB-LD; e o segundo está relacionada à demanda local e às ocupações informais já existentes na cidade desde a década de 1950 das quais pouco se tem informações. A percepção é de que a demanda local até o início da atuação da COHAB-LD era aproximadamente 600 casas (IPPUL, 1996), que embora fosse expressivo para o município que já tinha mais de 130 mil habitantes pelo censo de 1960, infere-se que a decisão pela instituição habitacional foi mais política e econômica que pelas necessidades locais.

É importante indicar que já estava em trânsito a criação de organismos estaduais e municipais decorrentes da política federal. No Paraná foram criadas entidades como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) em 1962, com a função de planejamento das regiões no auxílio à industrialização e apoio às cidades na elaboração de planos diretores. Já no período do Regime Militar (1964-1985), a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) em 1964, ligado ao Banco Nacional da Habitação (BNH), remeteu à condição de organismos de promoção pública nas esferas estaduais e municipais para gerenciar os recursos e executar os empreendimentos e melhorias urbanas, tendo como prioridade a construção de conjuntos destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições subumanas. Nesse sentido, foram criadas a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em maio de 1965, a Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) também em maio de 1965 e a Companhia de habitação de Londrina (COHAB-LD) em agosto de 1965.

Ainda que Curitiba seja a capital do estado e que tenha firmado seu polo industrial nos anos de 1970, a região norte do Paraná destacava-se com Londrina, que passou a desempenhar funções institucionais e econômicas que geraram atração de população além dos limites municipais. Ao mesmo tempo, a questão agrária com a mecanização do solo, que estava em processo desde os anos de 1950, levou grande parte da mão de obra para as cidades. Também, a expressiva produção industrial dos anos de 1970 trouxe a diversificação dos gêneros de metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transportes, que, somada ao uso de tecnologia avançada e a presença de capital estrangeiro, levaram o Paraná a desenvolver parques e núcleos industriais. De acordo com Bragueto (1999), já no final da década de 1970, a microrregião de Curitiba detinha mais de 50% da produção industrial do estado, realçada pelas atividades, da Petrobrás e outras; ademais, até 1975, os estudos apontavam para a polarização de dois outros núcleos: Londrina e Ponta Grossa. Contudo, a geração desigual de oportunidades no território gerou também o afluxo de população em busca de emprego nestas regiões. A análise feita pelo IPPUL (1996) mostra que o processo migratório pode ser identificado no censo demográfico de 1970, em que praticamente 7% da população era composta por migrantes dos estados do Nordeste e que as informações advindas das pesquisas de campo sobre as favelas indicam que, provavelmente, sua fixação ocorreu em parte nos primeiros núcleos informais em Londrina, ainda na década de 1950.

Inicialmente, a produção de habitação social no município de Londrina se deu pela COHAPAR de 1965 a 1969 com a implantação de três conjuntos habitacionais (Novo Aeroporto com 47 unidades em 1967, Três Marcos com 20

unidades em 1968 e Conjunto do Café com 228 também em 1968) somando 295 unidades (LONDRINA, 2021, p. 66). Após a institucionalização de fato da COHAB-LD em 1969, a companhia passou a desempenhar papel mais incisivo sobre o território, atuando inclusive em outros municípios como Cambé e Astorga, num primeiro momento. De modo similar, Negrelos e Rosas (2021) mostram que no estado de São Paulo, as COHABS comumente atuaram em diversos municípios, com indícios de disputa até mesmo de terras para a implantação dos empreendimentos.

Ademais, outros organismos estatais exerceram suas atividades com programas habitacionais em Londrina, como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) que funcionou de 1972 até a extinção do BNH, atuando em conjunto com a Cooperativa Habitacional Bandeirantes (COHABAN). De acordo com o IPPUL (1996) juntas, INOCOOP e COHABAN, construíram 3.168 unidades habitacionais entre casas e apartamentos.

É necessário compreender que as ocupações informais já estavam presentes na cidade logo após as primeiras décadas da fundação de Londrina, pois, uma vez que a produção inicial da COHAB-LD tenha partido de ações de implantação de conjuntos habitacionais, houve também aquelas que visaram o desfavelamento. Ao mesmo tempo em que se contam vantagens pelo orgulho da ascensão econômica dos anos de 1950, assiste-se também o emergir das primeiras ocupações informais.

No debate sobre a segregação socioespacial, aqui enfatizado, observa-se que alguns autores como Marcuse (2004, p. 24) chama as ocupações informais de voluntárias ou espontâneas, isto é, aglomerados advindos do processo de congregar (*congregating*) que “é a reunião voluntária de um grupo populacional para fins de auto-proteção e desenvolvimento de seus próprios interesses”, por assim dizer, semelhantes à formação de enclaves. Todavia, ocupação voluntária ou não, a ação de desfavelamento traz consigo as imposições da norma e da regra, adicionando um toque de moralismo de como se deve viver, limpar e organizar a vida.

O processo de desfavelamento praticado pela COHAB-LD neste momento, segundo Gavetti (1998), tratava de elaborar a ficha-levantamento dos moradores da ocupação; estabelecer parceria com os estudantes da Faculdade de Medicina de Londrina, que visitavam os barracos para orientações quanto à higiene e uso do banheiro e pia, etc.; marcar a presença da polícia militar e do corpo de bombeiros no dia do deslocamento dos moradores; estabelecer parceria com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) para dedetização dos utensílios dos moradores antes de se instalarem nas moradias; e fazer o sorteio das casas. Ainda, antes do trabalho de mudança, os ocupantes eram submetidos a exames médicos e de laboratório (GAVETTI, 1998, p. 66). Todas essas ações faziam parte da integração dos ocupantes ao novo modo de viver, sendo que tal abordagem também pode ser lida como uma questão ideológica, como se vê na argumentação de Bonduki (2017).

É sabido que o período do BNH como atuação do Estado representa a retomada da “filosofia da casa própria” (BONDUKI, 2017), pois a casa era vista como um estímulo de poupança, além de constituir a estabilidade social buscada como estratégia do governo militar, pois ao ser proprietário, este se torna um “aliado da ordem”, como colocado por Azevedo e Andrade (1982). Nessa articulação do BNH, as COHABS assumem função de executoras dos projetos habitacionais e de melhorias urbanas. Azevedo e Andrade (1982) descrevem que o BNH teve a

incumbência de aprovar os projetos de urbanização e habitação ao mesmo tempo em que gerenciava os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao passo que as COHABS gerenciavam o repasse dos recursos às empreiteiras imbuídas na construção das habitações, o que, além disso, as COHABS deveriam fiscalizar as obras e comercializar as habitações para baixa renda. Ainda, a prefeitura assumia os encargos de urbanização do terreno (acessos, arruamento, meio fio, rede de esgoto e abastecimento de água).

É importante contextualizar que o desfavelamento era uma prática apoiada pelo BNH. A partir da Lei nº. 4.380 de 21 de agosto de 1964 que institui o Plano Nacional de Habitação (PNH) e que cria o BNH e o SERFHAU, passa-se a uma política urbana e habitacional, embora controversa em vários aspectos. Azevedo e Andrade (1982, p. 59) enfatizam que o descontentamento das “massas” populacionais no campo e nas cidades, despertadas politicamente no Governo Goulart, levou o governo militar a adotar medidas capazes de acalmar as tensões sociais, com a criação do BNH e de modo análogo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) como resposta a pressão das ligas camponesas e às invasões de terras.

A estratégia de atender a demanda por habitação social não nasce com exclusividade no governo dos militares, pois já no primeiro governo Vargas (1930 a 1945) e até 1964 a temática habitacional fazia parte do projeto nacional desenvolvimentista. Bonduki (2017, p. 81) coloca que a habitação era colocada sob diferentes aspectos: como “condição básica de reprodução da força de trabalho” e, por extensão, “fator econômico na estratégia de industrialização do país”; a habitação influenciava “na formação ideológica, política e moral do trabalhador”, ou seja, constituía o meio para forjar o “trabalhador-padrão” desejado pelo regime de governo. Para tanto, Bonduki (2014, p. 41) explicita que para alcançar os objetivos de difusão do ideário da casa própria, o governo de Vargas atuou com forte intervenção estatal, regulamentando o mercado habitacional e a criação de autarquias estatais para dar segurança jurídica. No regime militar (1964-1985) tal prática é retomada, sendo propagada nos moldes da tecnocracia, como se observa na fala de gestores municipais como Gavetti (1998, p. 63): “o que Banco Nacional da Habitação trazia em sua filosofia, era o conceito de que a habitação não deveria ser um fim, mas sim um meio para a estruturação digna do homem e seus familiares”.

Os desfavelamentos eram realizados a partir de ações coercitivas, pois todos eram impelidos à mudança. Entretanto, não se tratava somente do deslocamento da casa, mas também a inserção daquela população no SFH/BNH, sendo que a partir daquele momento os ocupantes assumiriam a dívida do imóvel como mutuários. Todavia, neste processo os que não podiam pagar deveriam ser realocados em “núcleos de triagem”, ou seja, casas de madeira nos conjuntos habitacionais.

Também, serão construídos vários núcleos de triagem, com 30 habitações de madeira (com água encanada, esgoto e provavelmente energia elétrica), para as famílias que não têm condições econômicas de adquirir as casas financiadas pelo BNH. (BNH, 1971, p. 3).

Essa “solução” das habitações de madeira descritas como “núcleos de triagem” aparece tanto descrita nos jornais da época quanto em projetos aprovados na Prefeitura de Londrina. Além disso, Gavetti (1998, p. 83) explica que a COHAB-LD estabelecia como regra a implantação de um Plano Comunitário de educação de urbanidade nos conjuntos habitacionais para “tentar conscientizar, através de

palestras aos adultos e recreação orientada às crianças”. Isso se confirma em registros fotográficos, no projeto aprovado no setor de loteamentos e na descrição de reportagens, como do BNH (1971, p. 3): “é plano da COHAB construir, igualmente, centros comunitários nos conjuntos para reuniões sociais e ministração de cursos de higiene, cultura, etc. aos seus moradores”.

Observa-se que a política habitacional, no caso de Londrina, se dá às avessas, pois ao mesmo tempo que inclui, gera a exclusão, não somente na área, mas no próprio sistema financeiro, obrigando de modo coercitivo a população a aderir à casa própria ao passo que isso cria a ideia da moeda de troca através de favores políticos, reforçando a prática do clientelismo. No estudo das ocupações informais em Londrina nota-se sua presença desde a década de 1950 – período considerado áureo da construção da cidade. Logo após a criação e regulamentação da COHAB-LD, a entidade passou à política de implantação de conjuntos habitacionais e ao desfavelamento praticado nos anos de 1970, sendo que a atuação da instituição também resultou, por vezes, na formação de outras ocupações informais, ou seja, uma política de coerção e discriminação. Nos primeiros processos de remoção das ocupações informais, a população foi reassentada em conjuntos habitacionais em que, embora alguns fossem próximos da terra inicial dos moradores, a inserção quando realizada continuou sendo periférica.

Inicialmente, os conjuntos habitacionais apresentavam poucas quadras, inseridos na continuidade da cidade, mas ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980 chegaram a grandes proporções, implantados de modo periférico e distantes entre si, sendo precursores do aumento da mancha urbana proletária, desempenhando o papel do que Mautner (2004) chama de “fronteira de expansão do capital”, o que lhe confere a noção de espaço mutante que com o tempo, passando a ser incorporado por outros processos de valorização da terra urbana com a consequente substituição de conteúdo social. Também, observa-se que nas décadas posteriores tem sido recorrente a proliferação de ocupações informais na continuidade de alguns dos primeiros conjuntos habitacionais, o que reforça a noção periférica de população pobre.

Portanto, a atuação da COHAB-LD desde 1969 representa uma produção institucionalizada da habitação social, criada no quadro da política nacional urbana e habitacional, período militar, em que o planejamento tecnicista é tomado como instrumento controlador das regiões mais povoadas e aplicado por diversos órgãos governamentais, o que não significa um canal pleno de ação pública junto à população. A década de 1960 no Brasil é destacada pelo aumento expressivo da população nas cidades e, principalmente, nas favelas, caracterizando uma situação de ilegalidade na posse da terra, além das condições insalubres. A partir desse momento, as ações governamentais tendem a fortalecer o já amplamente difundido ideário da casa própria com a produção de novas moradias, eliminação de favelas, mas também o estímulo à indústria da construção civil, possibilitando a absorção de mão de obra no setor, além de gerar uma falsa percepção de estabilidade social.

De modo geral, as consequências da produção da COHAB-LD com recursos do BNH não parecem ser diferentes dos apontamentos feitos por Bonduki (2014) e Maricato (2008), principalmente, quanto à proposta de qualidade urbana, o que não exclui investigações mais apuradas, pois o estudo sobre tal momento de participação na construção da cidade ainda demanda maior aprofundamento.

Por fim, constata-se que os conjuntos habitacionais construídos com recursos do BNH através da COHAB-LD em relação à urbanização de Londrina revela aspectos impactantes para o processo de ocupação e expansão da cidade. A aplicação de uma única zona para praticamente todos os conjuntos, a questão da baixa qualidade espacial apresentada nos grandes empreendimentos, como também a escassa infraestrutura implantada, relegaram aos ocupantes o estigma de periferia pobre. Por outro lado, a prática de inserção de parte da população no sistema financeiro deu longevidade à companhia de habitação, ao passo que ainda permaneceram aqueles potenciais mutuários que ainda não foram integrados, quiçá de modo proposital, constituindo simultaneamente as ocupações informais. Ainda, é importante reforçar que todos estes aspectos, mesmo que ecoados pela segregação socioespacial, são componentes da lógica de expansão do capital.

Conclusões

A segregação socioespacial não é um processo exclusivo de algumas localidades e de porções afastadas nas cidades. Também não ocorre da mesma maneira ou intensidade. Isso depende de diferentes contextos, assim como a presença de agentes sociais, a ação do Estado, o nível de conflitos e as contradições. Em Londrina, nota-se que a construção de desigualdades espaciais está presente desde a sua fundação, no aparato das leis e nos processos de expansão urbana, nos quais, a periferia segmentada tem sido uma das estratégias para o funcionamento do motor da fronteira do capital. Ainda, o atual momento do neoliberalismo mostra que tais aspectos da segregação socioespacial tendem a se ampliar no decorrer dos anos, num movimento *ad continuum*.

Além disso, os tipos de exclusão, por vezes, se concentram, conformando situações estigmatizadas. Não basta criar apenas políticas de inclusão, pois a questão se revela como uma condição estrutural, sendo necessário aprofundar os debates sobre a produção do espaço e a constituição de territórios. O grande impasse de tudo isso resvala obviamente na propriedade privada e nas relações sociais de produção. É importante avançar para não perdermos de vista as tentativas de se viver em cidades mais justas.

Referências

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930-1975. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e Poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 7.ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**: cem anos de política pública no Brasil. 1.ed. São Paulo: Unesp: Edições Sesc, 2014.

BNH oferece todo apoio ao plano de desfavelamento. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 3, 18 ago. 1971.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. “O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970”. **Geografia**: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, v.8, n.2, pp. 149-160, jul./dez., 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. 2. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais”. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, pp. 62-72, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570>. Acesso em: 27 out. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano*: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 41-51.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea*: segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 39-59.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina, Estado do Paraná**: 25 anos de sua história. São Paulo: Edigraf, 1959.

GAVETTI, Nelson. **A dignidade política administrativa**: por que tem que ser assim? Londrina: Cotação, 1998.

IBGE. Glossário. In: IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. p. 209-213. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

IPAC/LDA. Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina. **Onde o Bairro é a Casa**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1987.

IPPUL. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal**: habitação e políticas públicas em cidades médias – o caso de Londrina. Londrina: IPPUL, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. London/New York: Verso, 2014.

LONDRINA. **Decreto nº 1, de 2 de janeiro de 1948**. Suspende a aplicação dos dispositivos vigentes que regulam a aprovação de divisão de terrenos em lotes nas adjacências da cidade. [S. l.], 2 jan. 1948.

LONDRINA. Lei n.º 133, de 7 de dezembro de 1951. Dispõe sobre arruamento, loteamento e zoneamento, e dá outras providências. Londrina, PR: **O Município**, 27 dez. 1951, pp. 4-5 [parcial].

LONDRINA. **Decreto nº 35, de 24 de fevereiro de 1955**. Regulamenta a aplicação do artigo 20 e seus parágrafos da Lei 133, de 7 de dezembro de 1951. [S. I.], 24 fev. 1955.

MAIA, Francisco Prestes. Acervo Milton Menezes do manuscrito em defesa da Lei 133. Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 1952.

MARCUSE, Peter. “Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado”. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 24, n. 45, pp. 24-33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. “A terra é um nó, na sociedade brasileira... também nas cidades”. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.93, n.6, pp.7-22, 1999.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, pp. 245-259.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: FRESCA, Tânia Maria; CARVALHO, Márcia Siqueira de. *Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico*. Vol. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007, pp. 1-18.

MÜLLER, Nice Lecocq. “Contribuição ao estudo do Norte do Paraná”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, pp. 55-97, mar. 1956. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/issue/view/127>. Acesso em: 27 jun. 2022.

NALIN, Adilson Luiz. **A evolução urbana de Londrina no período de 1957 a 1980 através da fotointerpretação**. 1991. 137 p. Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1991.

NEGRELOS, Eulalia Portela; ROSAS, Julia C. V. Conjuntos habitacionais das COHABs na produção do espaço urbano no estado de São Paulo (1964-1992). In: EGAL – ENCUESTRO DE GEOGRAFÍAS DE AMÉRICA LATINA. CONSTRUYENDO SABERES EMANCIPATORIOS DESDE Y PARA LOS TERRITORIOS, 18., 2021, Córdoba/ Argentina. **Anais [...]**. Córdoba/ Argentina: [s. n.], dez. 2021. Tema: A produção social da moradia na América Latina: políticas, conflitos e desafios.

NEGRELOS, Eulalia P.; MESSIAS, Maria Alice. Prestes Maia para além do viário na cidade de São Paulo: ampliando abordagens historiográficas. NEGRELOS, E. P.; BUENO, B. P. S. Ramos de Azevedo e Prestes Maia: biografias profissionais e a produção de cidades e territórios (Mesa temática). **Anais XVI SHCU**, Salvador, jun. 2021.

PERFIL de Londrina 2020. Londrina: Prefeitura de Londrina, n. 45, 2020.

PERFIL de Londrina 2021. Londrina: Prefeitura de Londrina, n. 46, 2021.

PRANDINI, Neyde. “Aspectos da geografia urbana de Londrina”. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v.6, t.1, 1951-1952. São Paulo: AGB, 1954.

PRÉTECEILLE, Edmond. “A construção social da segregação urbana: convergências e divergências”. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 24, n. 45, pp. 11-23, jan./jul. 2004.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar; São Paulo início da industrialização**: geografia do poder. Orientador: Gabriel Bolaffi. 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1981.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2003.

SALGUEIRO, Teresa Barata. “Cidade pós-moderna: espaço fragmentado”. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, pp. 39-53, jan./jun. 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 123-145.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

¹ O conceito de vila tratado aqui é comumente ligado ao de parcelamento do solo, sendo distinto da definição do IBGE (2010) que apresenta vila como a localidade da sede distrital e que possui funções administrativas na organização do território municipal, criada por lei municipal, mas que nem sempre possui ocupação urbana.